

POLÍTICAS PÚBLICAS E AUTONOMIA NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: ANÁLISES DE UM PROGRAMA EM UM ASSENTAMENTO RURAL EM GOIÁS/ BRASIL

Profª Drª Dinalva Donizete Ribeiro

Universidade Federal de Goiás – Escola de Agronomia/ Setor de Desenvolvimento Rural
dinalvadr@gmail.com

MsC. Mariza Souza Dias

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí
marizasd@gmail.com

Área Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

A política pública para a agricultura familiar no Brasil se embasa no plano do Novo Mundo Rural estipulado pelo Banco Mundial e pelo FMI, como metas da diminuição da pobreza rural; apontam ações e projetos de desenvolvimento local e territorial, com objetivo de, dentre outros, articular as famílias ao mercado, ampliar possibilidades de comercialização e elevar a renda. A inserção no mercado impõe adotar processos produtivos que garantam, sobretudo, quantidade e regularidade da produção, o que, usualmente, implica na adoção de tecnologias que tornam a família mais dependente do mercado, além de promover impactos sobre a autonomia do tempo e do espaço de trabalho camponês. No caso dos assentamentos de reforma agrária, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as famílias aumentam sua dependência em relação ao mercado, seja pela necessidade de adquirir bens de produção, seja pela renda obtida nos processos de comercialização via políticas públicas, elas também reforçam sua articulação, em ações de caráter solidário, no uso do território. Com base neste paradoxo, foi realizada pesquisa entre 2009 e 2010 em um assentamento, situado no município de Perolândia, estado de Goiás, Brasil, para investigar aspectos da autonomia das famílias assentadas, buscando verificar se tal autonomia tem estado comprometida, criada ou fomentada a partir das políticas para a agricultura familiar. Pesquisou-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que estabelece forma inédita de parcerias de comercialização de alimentos, mas que carece de avaliações. Pois, os espaços de realização das políticas públicas, como o PAA, são também espaços de disputas que geram tensões, opondo interesses e racionalidades, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. O assentamento possui 43 famílias, destas 23 estão envolvidas com o PPA. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 famílias (50% das inseridas no Programa), além de entrevistas com representantes das entidades parceiras: prefeitura, escola, asilo e creche. A pesquisa demonstra que o PAA confere autonomia às famílias, pois incentiva a produção biodiversa de alimentos, resultando em níveis maiores de segurança alimentar e lhes dá liberdade de escolha sobre o que produzir. Verificou-se que, na medida em que o modo de vida camponês orienta o processo produtivo dos alimentos destinados ao PAA, reforça-se a autonomia das famílias. Estas, por estarem em suas terras (assentadas de reforma agrária) e terem controle sobre sua força de trabalho, expressam territorialidades. A territorialidade camponesa permite a reprodução social da família e (re)arranja a lógica comercial e burocrática impingida no Programa.

Palavras-Chave: Política Pública; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Autonomia.

A relação das famílias camponesas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar

A análise das relações das famílias camponesas com os programas oriundos da política Pública para a Agricultura Familiar apresenta os conflitos e interações ocorridos entre as famílias do Assentamento Três Pontes e o PAA. Este programa foi efetivado no ano de 2009 pelas famílias dos Assentamentos Três Pontes, levando-as a experimentar novas formas de organização da produção e a alcançar renda.

Idealmente, a Política Pública é a forma de efetivar direitos, intervindo na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas, e deve ser resultado de um compromisso público entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de modificar uma situação em uma área específica, promovendo a igualdade e o desenvolvimento sócio-político, supostamente, benéfico para toda a sociedade.

A formalização da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, foi regulamentada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também chamada de Lei da Agricultura Familiar. Esta lei inclui como beneficiários da Agricultura Familiar todos os grupos que se caracterizam pela exploração do trabalho familiar em pequenas propriedades de terra ou de água, inserindo os aquicultores, seringueiros, pequenos empreendedores rurais, dentre outros.

Atualmente, a política pública estabelecida para a Agricultura Familiar, tem suas bases na implantação do plano do Novo Mundo Rural imputado ao Brasil pelo Banco Mundial e pelo FMI, como metas da diminuição da pobreza rural¹ (FERNANDES, 2008).

Esta política coloca num primeiro plano o mercado e o senso empresarial como elementos diretores da nova dinâmica, instituindo os pequenos e médios produtores como potenciais microempresários rurais integrados ao mercado, o que gera conflitos com a lógica do modo de vida camponês, baseada na autonomia do uso do espaço e do tempo.

Fernandes (2008) analisa e entende os agricultores familiares como famílias camponesas que vivem em condições diferenciadas, dependendo do seu grau de inclusão no mercado, não deixando de ser camponeses na essência. Corroboramos com a leitura a partir da questão agrária, que admite a relação/conflito entre as famílias camponesas e o capital.

De toda forma, a elaboração das políticas públicas para a agricultura familiar está se convergindo em ações e projetos com o caráter de desenvolvimento local e territorial, que primam pela geração de renda às famílias que estão no campo a partir da absorção e reprodução do modelo econômico do capitalismo.

Percebeu-se que esta política busca inserir integralmente as famílias camponesas nas relações capitalistas de produção, usando do argumento da melhoria da renda. A inserção no mercado precede assumir o pacote tecnológico e produtivo imposto pelo sistema, como a adequação e uso de tecnologias, que são comercializadas pelas empresas capitalistas, por meio da aquisição de sementes, maquinários, insumos, etc. Isso torna a família camponesa dependente de um pacote tecnológico, que pode ser rentável, mas minimiza a autonomia do tempo e do espaço camponês.

Ao mesmo tempo em que as famílias camponesas se integram às estratégias capitalistas de produção na realização dos programas oriundos desta política, também se articulam em ações de caráter solidário e autônomo estabelecidas pelas famílias no uso do território do assentamento, como a troca de dias de trabalho, os pequenos mutirões, a cessão de terras, pois, “o território é um espaço transformado no/pelo trabalho ali contido, o qual é delineado por estratégias de organização e controle do mesmo” (PAULINO, 2006).

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um programa que estabelece formas inéditas de parcerias e comercialização dos produtos camponeses e que vem crescendo vertiginosamente no país, todavia alcança ainda apenas 4% dos agricultores familiares do país (MDA, 2014). O PAA colabora com a segurança alimentar da população e é um dos programas

¹ Neste plano foram instituídas políticas e programas que vinculam a reforma agrária ao mercado, por meio da compra de terras financiada pelo Estado aos pequenos produtores e de novas linhas de créditos para estes trabalhadores.

que conferem autonomia, pois permite que as famílias escolham quais alimentos vão produzir e como o fazer a partir da sua realidade econômica e cultural.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006, é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivos: garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; contribuir para formação de estoques estratégicos; permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa adquire alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Entre 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), governos estaduais e municipais, além da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, com dotação orçamentária própria.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), juntamente com aquicultores, silvicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas conforme a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, assim como Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007. As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem: 1) a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, 2) a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, 3) a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, 4) o Apoio à produção para o consumo do leite - PAA-Leite e 5) a Compra Institucional. As três primeiras são operacionalizadas pela Conab e as demais são executadas pelos estados e municípios, por meio de termos de adesão estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Entre 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados pelo MDS, e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), governos estaduais e municipais, além da Conab. A partir de 2006, o PAA passou a ter a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, com dotação orçamentária própria

Os recursos destinados à execução do PAA pela Conab têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. No período de 2003 a 2012 foram investidos cerca de 2,7 bilhões de reais no Programa. Em 2012, o valor aplicado atingiu o patamar de R\$ 586 milhões em aquisições, incremento de 723% em relação a 2003. Esse valor demonstra o reconhecimento do Governo na importância do PAA no contexto da estratégia Fome Zero (CONAB, 2014).

Um dos objetivos do PAA é atender o maior número de agricultores familiares, proporcionando oportunidades de acesso aos mercados, estruturação de relações comerciais, aprimoramento de seus processos de gestão interna, geração de renda, melhoria na qualidade de vida, estimulando o associativismo e a diversificação da produção, evitando, assim, o êxodo rural. Por esse motivo, a mensuração da quantidade de famílias de agricultores familiares participantes do programa é um dos seus principais indicadores. No início do programa em 2003 eram apenas 41.341 famílias, em 2012 passaram para 128.204 trabalhando com o PAA, ou seja, aumento de 300% (CONAB, 2014).

Avaliações sobre este Programa indicam sua contribuição sobre a alteração da matriz produtiva (diversificação, produção ecológica etc.) e de consumo (mudança dos hábitos alimentares),

valorização dos produtos dos territórios, recuperação dos preços regionais, construção de novos canais locais de comercialização e fortalecimento das organizações sociais.

Todavia, permanecem algumas limitações que afetam sua operacionalização: dificuldades na organização e planejamento da produção agrícola, falta de assistência técnica, obstáculos no acesso à Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), atraso na liberação dos recursos e problemas de logística (transporte e armazenamento dos alimentos). Todos estes problemas foram encontrados na pesquisa.

O recurso disponibilizado por família-ano pelo PAA passou de 3.500,00 R\$ na implantação do projeto para 6.500,00 R\$ no ano de 2014. Por mais que este valor ainda não alcance o valor de um salário mínimo mensal, este recurso possibilita a reprodução de muitas famílias, uma vez que o consumo com mercadorias externas à propriedade familiar é muito baixo em comparação, por exemplo, ao trabalhador urbano, o qual demanda dinheiro para satisfazer todas suas necessidades. Portanto, qualquer recurso mínimo que venha a ser incluído no orçamento da família camponesa, pode fazer diferença na sua estrutura.

Nos ateremos aos incrementos na produção e renda das famílias camponesas pesquisadas, apresentando as estratégias na produção dos alimentos, da divisão do trabalho e do uso da renda proporcionados pelo programa.

Observou-se que as estratégias produtivas são, basicamente, desenvolvidas por meio do modo de vida camponês, sendo que as outras etapas dependem de ações dos agentes externos, o que não permite o controle total das atividades pelas famílias camponesas.

As famílias ao se recusarem a interagir, ou reorganizando a lógica da parceria, estão mantendo a autonomia do seu território, da mesma forma, famílias introjetam as normas e regras e tomam para si o programa como parte da reprodução econômica e social camponesa. Pois, conforme Neves (1999), a análise da mudança social que as ações e projetos como este podem provocar, exige a consideração dos valores culturais ou de pré-compreensão simbólica do real para que sejam compreendidas as regras constitutivas do sentido da ação.

Para a análise da participação das famílias camponesas no PAA foram levantados os dados quantitativos de produção e geração de renda e as formas de trabalho na execução do programa. Como estratégia metodológica, optou-se por analisar cada etapa da realização do programa, identificando nestas etapas as interações e as expressões do modo de vida camponês das famílias, com os poderes locais e com as instituições que regem as normas do programa.

Interações e resistências do modo de vida camponês no PAA

A intenção primeira das famílias, ao participar dos programas, é a obtenção de uma renda a mais da produção e não como renda exclusiva. Ou seja, os programas contribuem com a diversificação da produção e, até então, não são vistos como uma imposição do mercado, mas como uma oportunidade a mais de obter renda.

Todas as famílias entrevistadas afirmam que é necessário participar de programas e projetos, pois qualquer renda a mais no orçamento da família significa diferença no poder de compra desta, que é usado para a manutenção da família na terra.

Os programas, bem como outros projetos, são vistos pelas famílias como uma experiência e um aprendizado, pois, além da renda fica o conhecimento das estratégias de produção referente ao alimento/produto de cada projeto. Podem ser vistos também, como uma necessidade para as famílias se desvencilharem de dívidas.

Percebe-se que não apenas a lógica econômica precede as parcerias das famílias com os programas, como vários outros elementos que compõem o modo de vida camponês. Como o capitalismo age se apropriando de parte da renda dos produtos das famílias camponesas, estas se orientam, também, pela parceria na qual esta apropriação pode ser minada.

Conforme Ferrante e Barone (2008), as famílias assentadas aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar nos

assentamentos, na qual estão em disputa tanto os projetos de desenvolvimento, quanto a hegemonia política no território local/microrregional.

A lógica da reprodução camponesa é complexa, pois se faz baseada em elementos que se referem à quantidade de força de trabalho da família, à capacidade produtiva do sítio, à necessidade física e subjetiva de cada família, à ética camponesa e à lógica financeira.

Uma vez no assentamento, as famílias reproduzem o seu modo de vida pela apropriação dos recursos que a terra pode lhe oferecer, usando para tal o trabalho. A terra é apropriada pela família camponesa como lugar do trabalho e de morada, na qual a principal aspiração é ter uma vida digna com autonomia (MARQUES, 2004).

A diversificação da produção é realizada nos sítios das famílias do Assentamento Três Pontes e se efetiva pela necessidade da manutenção da família por meio da produção dos alimentos que serão consumidos e/ou comercializados, funcionando também como uma saída para os momentos de crise. A Entrevistada M apresenta a necessidade de diversificar a produção e de participar dos programas estatais para se manter na terra: “Se você não vender leite, vender galinha, vender porco, se você não entrar em CONAB, esses trens para escola, do que você vai viver?”.

As famílias deste assentamento criam gado de leite; produzem lavouras permanentes, como a banana e lavouras temporárias, como o arroz, milho, feijão, soja, sorgo, amendoim, mandioca, entre outros; hortaliças; frutas e produtos processados como a farinha de mandioca, o polvilho e quitandas. Esses dados são confirmados na variedade de alimentos que foram destinados ao PAA.

Estratégias de produção para o PAA e uso da renda para a reprodução camponesa

Depois do projeto aprovado e o recurso depositado na conta bancária da Associação começaram as entregas dos alimentos. Os alimentos escolhidos, para a produção e comercialização via PAA, obedeceram a critérios específicos e subjetivos de cada família.

Para a investigação das estratégias produtivas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatorze das vinte e três famílias do Assentamento Três Pontes que participaram do programa.

Foram produzidos quarenta e seis tipos de alimentos diferentes entre frutas, hortaliças, tubérculos, animais e derivados, cereais, leguminosas e alimentos processados, como doces, pães, farinhas e polvilho. Estes alimentos foram cultivados/produzidos trezentos e oito vezes em todo o assentamento, o que resultou em trinta e uma toneladas de alimentos entregues às pessoas beneficiadas pelo programa. Em média, foram dezessete alimentos produzidos por cada família.

Apenas por estes dados pode-se afirmar que o PAA tem condições de proporcionar segurança alimentar tanto para as famílias assentadas como para a população que se encontra em situação de risco alimentar. A tabela 3 apresenta todas as variedades e quantidade de vezes que os alimentos foram produzidos, bem como a renda gerada. Todos os dados são referentes à produção das famílias do Assentamento Três Pontes.

Tabela 3. Dados da produção de alimentos das famílias camponesas do Assentamento Três Pontes destinados ao PAA no ano de 2009

Classificação dos alimentos	Alimentos	Quantidade de produtores	Produção de alimentos (kg)	Preço individual (R\$)	Valor recebido (R\$)
Animais Vivos	Frango caipira	13	1.620	4,00	6.480,00
Cereal	Arroz beneficiado tipo 2	6	1.390	1,20	1.668,00
Cereal	Milho verde em espiga	7	1.356	1,20	1.627,20
Cereal	Feijão carioca	8	1.015	2,30	2.334,50
Cereal	Amendoim descascado	7	230	2,52	579,60
Derivado aves	Ovos de galinha	11	855	2,50	2.137,50
Doces	Rapadura	2	138	2,50	345,00
Doces	Doce leite barra	2	845	3,55	2.999,75
Doces	Doce Banana barra	7	790	5,50	4.345,00

Doces	Doce de leite pastoso	5	354	5,50	1.947,00
Fruticultura	Melancia	4	2.909	0,92	2.676,28
Fruticultura	Banana da terra	8	1.340	1,10	1.474,00
Fruticultura	Laranja comum	2	75	1,10	82,50
Fruticultura	Abacaxi Pérola	3	804	1,20	964,80
Fruticultura	Banana prata	5	430	1,25	537,50
Fruticultura	Limão taiti	5	98	1,29	107,07
Fruticultura	Mamão comum	7	565	1,30	734,50
Fruticultura	Tomate longa vida	9	680	1,43	972,40
Fruticultura	Banana maçã	8	1.708	1,50	2.562,00
Fruticultura	Maracujá	2	824	1,80	1.483,20
Fruticultura	Melão amarelo	3	274	1,81	495,94
Hortaliça	Repolho verde	7	354	0,78	276,12
Hortaliça	Alface lisa	9	850	0,80	680,00
Hortaliça	Jiló redondo	7	350	0,80	280,00
Hortaliça	Salsa	4	540	0,80	432,00
Hortaliça	Cebolinha verde	5	303	0,83	251,49
Hortaliça	Coentro	4	280	0,83	232,40
Hortaliça	Abóbora cabotiá	7	290	1,00	290,00
Hortaliça	Alface americana	10	1.150	1,00	1.150,00
Hortaliça	Couve manteiga	10	370	1,00	370,00
Hortaliça	Chuchu	7	230	1,09	250,70
Hortaliça	Pepino comum	10	340	1,20	408,00
Hortaliça	Cebola	7	240	1,22	292,80
Hortaliça	Rúcula	7	320	1,35	432,00
Hortaliça	Quiabo	9	550	1,50	825,00
Hortaliça	Pimentão verde	5	45	1,60	72,00
Hortaliça	Abóbora menina	11	400	1,75	700,00
Tubérculo	Batata doce	5	311	0,58	180,38
Tubérculo	Mandioca	16	2.490	0,90	2.241,00
Tubérculo	Beterraba	10	500	1,20	600,00
Tubérculo	Cenoura	11	472	1,20	566,40
Tubérculo	Rabanete	6	100	1,42	142,00
Alimentos processados	Farinha Mandioca classificada	3	427	2,20	939,40
Alimentos processados	Polvilho goma mandioca	3	243	2,50	607,50
Alimentos processados	Pão caseiro	6	1.440	4,00	5.760,00
Tempero e condimento	Tempero completo caseiro	4	137	1,75	239,75
TOTAL	46 alimentos	308	31.032	-	54.772,68

Fonte: Projeto do PAA realizado pela Associação do Assentamento Três Pontes em Perolândia (2009)
Organização dos dados: Dias, Mariza Souza (2011)

Em Perolândia as instituições beneficiadas foram: a Creche Nossa Senhora D'Abadia; o Projeto Conviver no qual vivem treze idosos; o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI) e a Escola Municipal Ulisses Guimarães e à Escola Municipal Altino de Carvalho, totalizando seiscentas e oitenta pessoas beneficiadas além da população carente do município, que também recebeu alimentos do PAA.

Quanto aos projetos, estes obedeciam a um padrão. Foi possível classificar três grupos de produtores, para que assim pudesse ser apresentada qual forma de produção foi a mais e menos constante e se a produção de certos alimentos influenciaram as famílias na desistência de participação no programa. Os grupos são: Alimentos básicos, Hortifrutigranjeiros e Alimentos processados.

Classificaram-se como pertencentes ao grupo dos Alimentos básicos, os projetos em que os maiores valores eram de alimentos que as famílias já produziam constantemente como frango, ovos, mandioca, arroz, feijão e banana, totalizando nove famílias. A produção destes alimentos está intimamente ligada à reprodução da família. Tanto que os primeiros cultivos no assentamento foram alimentos como arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros.

Dentre as famílias entrevistadas 50% continuam cultivando o arroz e o feijão, e todas cultivam o milho, a mandioca e criam frango. Estes alimentos se configuram na base alimentar destas famílias, mas também são comercializados.

A produção de alimentos obedece à lógicas que transcendem a geração da renda, pois está ligada a fatores como: à fartura produtiva, ao múltiplo uso que eles permitem, à renda da venda do excedente, à quantidade de trabalho disponível, à possibilidade de se desvencilhar do mercado, bem como à estratégia para superação nos momentos de crise. Estes elementos orientam a relação das famílias com a terra, os alimentos, o trabalho e orientou a escolha dos alimentos na produção para o PAA.

O relato da Entrevistada S apresenta a racionalidade e a necessidade de manter cultivos de alimentos já que eles significam fartura, e o entendimento que para além da renda existem outros fatores que pesam na produção.

Tem muita gente aqui que já parou de plantar arroz, mas nós ainda plantamos. Ainda estamos colhendo arroz esta semana, e é tudo manual. Como é roça de toco, porque era mata, é tudo feito manual, mais complicado ainda, menos rendimento. Então tem muita gente parando de fazer esse tipo de coisa. Mas no fundo, no fundo, acaba que compensa. Mas você fala assim. Eu pego e gasto R\$ 160,00 com diárias com um companheiro para me ajudar, quatro diárias. Então seria mais fácil comprar este dinheiro de arroz. Mas eu nunca compro R\$ 160,00 de arroz, você compra por mês, certo. Se você tem aqui, você vai lá (cerealista) limpa e fica um mês sem comprar. Acaba que parece que, você ainda faz mais fartura, você plantar, por mais que esteja difícil, do que você comprar. **Você vai lá e limpa um saco de arroz, você tirou o arroz para você consumir, sobrou um pouco que você trata dos cachorros, trata dos pintinhos, você está entendendo? Acaba que ainda fazendo uma certa fartura,** a gente ainda acha que compensa. Não compensa, **não é uma coisa lucrativa, mas a gente acha que é melhor do que comprar.** (ENTREVISTADA S) (grifo meu).

As famílias que tinham nos seus projetos a predominância e a variedade de hortifrutigranjeiros foram classificadas como o grupo Hortifrutigranjeiro. Conforme os dados colhidos nas entrevistas, este grupo foi o que mais iniciou cultivos por conta do programa, o que mais investiu na diversificação da produção e o que mais incrementou a alimentação da família. Dentre as vinte e três famílias que participaram do programa, onze produziram hortifrutigranjeiros.

A produção de qualquer alimento no sítio camponês obedece a vários critérios. O cultivo da horta, iniciado por conta do programa, só pôde ser realizado porque as famílias detinham o conhecimento das formas produtivas; havia água suficiente para irrigação; a família, mesmo pequena, tinha disposição do tempo e mão-de-obra para o trabalho da horticultura e porque estava gerando renda, um dos maiores motivos que incentivaram a implantação da horta. O relato da Entrevistada I mostra como se dá essa relação.

Toda vida nós fomos plantador de horta, o meu esposo gosta de plantar cará pra vender, mas nós fizemos a horta mesmo pra isso (para o PAA). Produziu bem mesmo, cada alface bonita com uma cabeça assim ó, cada canteiro dele que sumia de vista. A gente sempre teve horta. Quando eu estou boa eu sempre planto uma hortinha, mas desse tamanho, foi só para o projeto. Quem trabalhava na horta era eu e o meu marido, mais ele que mexia com a horta. Tirava o leite e ia pra horta, porque eu tinha que cuidar aqui de casa, mas éramos nós dois que cuidava. Nós fizemos a horta aqui porque a gente tem água.

Da mesma forma, o PAA incrementou a alimentação das famílias e abriu a possibilidade de retorno ao cultivo da horta por aquelas famílias que não estavam cultivando. Como relatou a Entrevistada B.

Fez a horta para o projeto. Foi bem nesse quadrado aí, onde as vacas estão agora. Mas comia melhor, bem mais fartura. Ele (PAA) motiva as pessoas, plantar, vender e comer bem. Às vezes as pessoas ficam assim, ah, eu vou fazer isso pra que, só pra 'mim' comer mesmo? Isso aí eu vou lá o mercado, pego uns quilinhos lá, menino quase não gosta disso (hortaliças). Sempre tem essas historinhas, e com o projeto, você tem aí a fartura, uma pessoa chega aí e você tem pra dar, a pessoa leva. E você fala, eu tenho que plantar, pra 'mim' colher bastante e vender bastante, por que é o que mais conta.

A intenção da interlocutora é plantar para vender porque é o que mais importa para ela. No entanto, cultivar a horta também significou melhorar a alimentação, fazer fartura que contribuiu com a solidariedade e, evitou transferir a renda dos produtos. No momento atual ela não está trabalhando com a horta, pois não tem mais a garantia da compra pelo PAA.

Já o grupo dos Alimentos processados era formado por aqueles em que os projetos eram compostos de doces como o de banana e o de leite, e as quitandas como o pão caseiro. Mesmo com a menor diversidade de alimentos eram os projetos que possuíam os maiores valores. Este grupo era constituído de apenas três famílias, as quais já trabalhavam e comercializavam os alimentos processados, em feiras e nas cidades vizinhas.

Para comercializar alimentos processados é exigida, pelo próprio comércio, a apresentação do produto dentro das lógicas comerciais, como embalagem apropriada, etiqueta informativa com data de validade. A Entrevistada S, conta que não teve dificuldade para produzir os alimentos para o PAA, pois já comercializava e conhecia as normas exigidas. Isso demonstra que a família camponesa não é avessa ao mercado, nem a sua comercialização é incompleta.

Eu já fazia, já estava fazendo uma coisa ou outra e levando para Mineiros. Eu estou sempre procurando alguma coisa. Eu fazia, colocava em mercados. Vendia, eu já tinha minhas vendas, mas era uma coisa muito singela, muito pequena. Pra levar para mercado é bem exigente. Eu tenho que ter etiqueta com inscrição estadual, ingredientes e eu já tinha tudo isso arrumadinho. Porque quando eu comecei, a primeira vez que eu fui no mercado e disse, olha eu faço biscoito aqui e queria colocar pra vender. Tudo bem, mas é assim, tem que ter etiqueta, com seu nome, endereço, ingredientes. Eu já tinha inscrição estadual. E quando eu fui mexer (com o PAA) eu já tinha noção. Quando veio esse projeto da Conab, eu pensei, ah, já sei o que eu vou fazer. Para o que é? É para as escolas, não sei o que. Ah, então eu vou fazer minhas quitandas. Foi assim que o projeto da Conab entrou aqui.

A disposição para o comércio precede lógicas de produção, relações e reaproveitamento que perpassam a lógica comercial. As estratégias produtivas são também baseadas na amizade. Como a relação de amizade e parceria com a vizinha para fazer o polvilho. Do reaproveitamento da nata do leite para a manteiga, dos ovos que respeitam o ritmo dos animais e porque não, cósmico e religioso.

Conforme Paulino (2006), não é possível analisar as estratégias camponesas senão dentro de um contexto produtivo próprio, no qual há uma complexa imbricação de fatores que fogem ao pragmatismo do mercado. A Entrevistada S relata as estratégias de produção que passam pelo reaproveitamento e parcerias.

Para produzir as quitandas, o que eu não tenho, eu compro. Daqui eu uso os ovos, o polvilho, faço polvilho aqui mesmo. Geralmente faço mais uma vizinha aqui do lado. Semana passada eu estava falando com ela, vamos fazer polvilho, que meu polvilho está acabando. E a manteiga, que eu não compro margarina. Como eu tiro o leite a tarde, o leite vai para o freezer. No outro dia eu tiro aquela gordura do leite, que ela sobe, e eu guardo pra fazer os bolos. E entrego o leite. Eu compro açúcar, óleo, fermento, a farinha, às vezes ovos. Eu estou com uma encomenda de 50 pintinhos de poedeiras pra chegar, porque minhas poedeiras ficaram velhas. Daí eu compro o ovo fora (do assentamento), porque agora, como está saindo da Quaresma é uma tristeza, quase não tem ovo.

Dessa forma, a produção dos alimentos que fora direcionada para o PAA reforçou o modo de vida camponês. As famílias usaram dos seus conhecimentos e das atividades já desenvolvidas

para produzir os alimentos para o programa. Dessa forma, esta foi a etapa do programa na qual elas puderam, efetivamente, ter o controle.

A produção de alimentos para o PAA, assim como todo trabalho camponês, foi realizado pela família, em que esta é um trabalhador coletivo². No caso do PAA a maior parte da organização do trabalho competia às mulheres, uma vez que a maioria dos alimentos destinados a este programa são aqueles oriundos do quintal da casa, território que está em poder feminino. Tanto que das onze famílias entrevistadas, sobre o PAA, nove eram encabeçadas por mulheres e por dois homens. Quem decidia a quantidade de alimentos a ser entregues, quem entregava, assim como quem gerenciava o recurso, também eram elas.

O trabalho mais pesado da roça, como o cultivo do arroz e feijão foi realizado pelo pai da família. No entanto, todo o trabalho é realizado em conjunto, não há dissociação do trabalho familiar, pois o pai faz o serviço que demanda mais força, os filhos menores realizam os mais leves e a mulher se dedica ao trabalho da casa e do quintal, mas que também complementam o trabalho masculino (MOURA, 1986).

Já o processamento de alimentos como os doces, pães, farinhas e polvilhos foram conduzidos exclusivamente pelas mulheres, por deterem mais conhecimentos com o preparo destes alimentos. No entanto, a família toda trabalha na preparação dos ingredientes como a ordenha das vacas para o leite, do corte da banana, da produção do polvilho, etc.

Como o trabalho do cultivo de alimentos é um processo que requer várias etapas, há oportunidades e necessidade do trabalho de todos os membros das famílias para sua realização. Esta forma de trabalho permite a inserção das crianças no trabalho, que ao verem como os adultos realizam o trabalho, vão aprendendo.

A capacidade da transferência de experiências é um ato extremamente importante e revolucionário do modo de vida camponês. O PAA estimula a participação das crianças e dos adolescentes no trabalho, como o exemplo da Entrevistada B que entregou bananas e conta como era a divisão do trabalho entre a família: “Para nós economizarmos, a gente que vive do pouquinho, para cortar as bananas ia eu, meu esposo e os dois meninos, o menor vai, mas só pra atrapalhar mesmo. O meu esposo corta a banana e eu mais os dois meninos carregamos”.

Dessa forma o trabalho familiar camponês, para além do trabalho enquanto forma de subsistir, também recria os saberes e as formas de domínio sobre a natureza, chamado por Tavares dos Santos (1978) de processo de socialização das crianças no trabalho da família camponesa, em comparação com o meio urbano, onde as experiências das crianças são repassadas pela escola, pelos pais ou pela televisão. As crianças urbanas não tem a chance de vivenciá-las, como fazem as crianças camponesas.

A produção e a renda obtidas pelas famílias camponesas, deste e de outros assentamentos, são frutos basicamente do trabalho familiar, mas que também é complementada por uma diferenciada forma de trabalhos como o trabalho acessório, a ajuda mútua, as parcerias com os vizinhos e parentes, a realização de pequenos comércios dentro do próprio assentamento, a participação em feiras, o comércio de alimentos nas cidades vizinhas, bem como empregos fixos e aposentadorias. Todas estas estratégias produtivas e reprodutivas se fazem presentes na interação com os programas.

Como são cultivos em pequena escala, muitos feitos no quintal de casa e com vários destinos, as famílias não souberam responder qual a área, em quantidade, destinada aos alimentos do PAA.

Percebe-se que o PAA permite a comercialização de alimentos que antes eram usados apenas no consumo interno. Essa é uma estratégia importante do programa, pois, possibilita às famílias comercializarem alimentos que fazem parte do cotidiano e do espaço, sem a necessidade de incorporar técnicas e racionalidades divergentes. Logo, permite e mantém o controle do território das/pelas famílias camponesas, ao mesmo tempo em que é monopolizado pelo capital.

² Esta é uma análise que José V. Tavares dos Santos, faz do trabalho familiar, “onde estrutura-se uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família”.

Com relação à geração de renda, o valor total do projeto do PAA foi de R\$ 92.459,36, divididos por quarenta e uma famílias, sendo que a média de valores dos projetos por família é de R\$ 2.255,00. Dentre as vinte três famílias do Assentamento Três Pontes, cinco famílias desistiram de seus projetos. Ao total, dezoito famílias deste assentamento participaram do programa, produziram e receberam o equivalente a R\$ 54.772,68, o que proporcionou uma média de renda mensal para cada família de, aproximadamente, R\$ 240,00.

Analisando apenas a quantidade de recursos gerados afirmar-se-ia que o PAA promove uma renda insatisfatória. No entanto, a fala da Entrevistada M expressa como toda renda é importante na manutenção da família: “porque você fica aqui, se você ganhar 200 ou 300 reais por mês, você já faz muita coisa aqui; eu entrei neste projeto na hora, eu entrei em todos, porque, nossa, o tanto de R\$ 500,00 reais ia fazer a diferença”. A “pouca” renda no sítio camponês faz diferença, pois na terra é possível obter os alimentos que compõem a nutrição da família, evitando comprá-los.

Como é o Estado que se responsabiliza pelo processo de comercialização formal do PAA, e este paga o preço dos alimentos exercidos no mercado varejista isso aumenta, relativamente, a renda gerada por estes alimentos. Caso as famílias camponesas vendessem os mesmos alimentos para atravessadores, o preço diminuiria aproximadamente 50% do valor pago pela CONAB. Por isso, mesmo o capital sendo o responsável pelo controle dos preços de alimentos, o desaparecimento do atravessador que o PAA proporciona é muito vantajoso para as famílias.

No que diz respeito ao destino da renda gerada pelo PAA, todas as famílias a usaram para cobrir despesas do dia-a-dia, para pagamentos de contas e compra de mercadorias. E ainda foi usada para a manutenção dos filhos em faculdade, pagamento de dívidas bancárias e de bens como carros, bem como dividida entre as crianças que ajudavam no trabalho com a produção dos alimentos. Dessa forma, a renda obtida pelas famílias camponesas foi direcionada para a manutenção da família, na obtenção de mercadorias ou processos com valores de uso, como uma forma não-capitalista de reprodução.

De acordo com Tavares dos Santos (1978), a produção da família camponesa é a combinação da propriedade dos meios de produção, na qual a família trabalha com estes meios de produção e produz mercadorias que são vendidas para adquirir outros produtos qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo.

Assim, a produção camponesa realizada para o PAA se incorpora no ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), ou seja, “o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valor de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês” (TAVARES dos SANTOS, 1978).

O PAA estimulou a produção e o consumo dos alimentos, tornando-os geradores de renda para as famílias, passando a significar riqueza monetária. Este programa se apresenta como um modelo de programa que promove outra dimensão da riqueza agrícola, destoando da lógica do agronegócio enquanto único gerador de riqueza, o qual está extremamente arraigado no imaginário das famílias camponesas assentadas.

Considerações Finais

O PAA abriu caminhos para uma nova proposta de comercialização da produção camponesa. Este programa significou melhoria na renda, na alimentação, na participação das mulheres no processo produtivo e de decisão, bem como reforçou a diversificação da produção. Estes elementos reforçam o processo de reprodução social das famílias no território camponês. Além do sentido subjetivo que este programa pode proporcionar como relata a Entrevistada B.

Este projeto era uma esperança pra fornecer os produtos, porque dava uma certa época, vira um tristeza pra nós. Ver esse projeto era uma animação. Você chega na casa de um tem uma fatura. “Ah, quantos que você entregou essa semana?”, “entreguei tantas caixas de tomate, de cenoura”. Você está motivando o assentamento. Ali você vê as entregas, todo mundo alegre, sabe que você está vendendo e está garantindo. Era uma animação. Eu fiquei animada. Era uma festa. Todo mundo trabalhava satisfeito. Saber que você está fazendo ali e você vai receber, a não ser as percas que a gente tem, mas isso aí é normal, quem planta muita coisa, sempre não deixa de perder. Mas é uma animação, todo mundo alegre, vai lá

entregar com as suas carrocinhas, de carrinho de mão, aquela fatura mesmo (ENTREVISTADA B).

Os programas de produção derivados da atual política pública do Estado para os camponeses são desenvolvidos pelas famílias camponesas a partir da organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais as famílias podem se apresentarem submetidas, como a sujeição às regras dos programas.

Conforme Marques (2008), a multiplicidade de estratégias adotadas pelas famílias, diante de diferentes situações, pode conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponeses. Sendo que, as políticas públicas e as ações governamentais podem criar um ambiente favorável ou colocar barreiras no processo de recamponização.

As famílias camponesas que se integraram ao PAA, precisaram readequar algumas estratégias produtivas para poder obter a renda do programa, ao mesmo tempo em que utilizavam dos conhecimentos camponeses para controlar etapas do programa, organizar a produção e o resultado dela, reforçando práticas autônomas do controle do tempo e do espaço no território do assentamento.

Referências bibliográficas

- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_legislacao.html. Acesso em: 16 jul. 2014
- DIAS, Mariza Souza. Apropriações camponesas da Política Pública para a Agricultura Familiar no Assentamento Três Pontes, Perolândia (GO). **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia de Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. 2012. 153 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 272-307
- GRISA, Catia; WESZ JR, Valdemar. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: entre avanços e desafios. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, n.33, maio 2010. Disponível em: http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_033-05_2010-catia_junior.pdf.pdf Acesso em: 15 jul. 2011.
- MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/potal/saf/>. Acesso em: 25 jul. 2012
- MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramon. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2006.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro: CPDA, n.13, out. 1999: 5-28. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/delma13.htm>. Acesso em: 30 out. 2010
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

WOORTMAN, Klass. **“Com parente não se neguceia”**: O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.